

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 5**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 5) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-462-7 DOI 10.22533/at.ed.627191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APROPRIAÇÃO DA MÍDIA PELA CRIANÇA: UM OLHAR ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	
Elisângela Soares Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910071	
CAPÍTULO 2	9
A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CAMPO EM DISPUTA	
Rozieli Bovolini Silveira	
Lizandra Falcão Gonçalves	
Mariglei Severo Maraschin	
DOI 10.22533/at.ed.6271910072	
CAPÍTULO 3	22
A PERCEPÇÃO DOS SURDOS ACERCA DOS EQUÍVOCOS COMETIDOS EM SUAS PRODUÇÕES ESCRITAS	
Marília Ignatius Nogueira Carneiro	
Clélia Maria Ignatius Nogueira	
Tânia dos Santos Alvarez da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910073	
CAPÍTULO 4	33
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O USO DE AMBIENTES TRADICIONAIS DE EAD E DE SISTEMAS Tutores INTELIGENTES: PREPARAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E RESULTADOS	
Dulcinéia Gonçalves Ferreira Pires	
Sandrerley Ramos Pires	
Cassiomar Rodrigues Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910074	
CAPÍTULO 5	47
ANÁLISE DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA FINS NÃO RELACIONADOS AO CONTEÚDO: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE MEDICINA	
Edgar Marçal	
Cláudia Martins Mendes	
Marcos Kubrusly	
Jessica Mendes de Luca	
Hermano Alexandre Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.6271910075	
CAPÍTULO 6	58
AS CRIANÇAS DA ERA DAS MÍDIAS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A LEITURA LITERÁRIA	
Francisca Rodrigues Lopes	
Elizangela Silva de Sousa Moura	
Liliane Rodrigues de Almeida Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910076	
CAPÍTULO 7	68
AS MÍDIAS NO ENSINO: UTILIZANDO SERIADO DE TV PARA ENSINAR CONCEITO DE ENERGIA	
Jéssica Priscilla Martins e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910077	

CAPÍTULO 8	71
AS TIC NA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS <i>GOOGLE FOR EDUCATION</i> E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Priscila Cristiane Escobar Silva Letícia Maria Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910078	
CAPÍTULO 9	86
CLUBE DE ROBÓTICA NA ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Marlene Coelho de Araujo Maria do Carmo de Lima Giselle Maria Carvalho da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6271910079	
CAPÍTULO 10	92
AS CONVERSAS EM GRUPO E O FÓRUM VIRTUAL: DISPOSITIVOS CARTOGRÁFICOS DE ENSINO	
Eliane Teixeira Leite Flores Diogo Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.62719100710	
CAPÍTULO 11	104
CRIAÇÃO DE VIDEOAULAS COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO: DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DE MANEIRA ACESSÍVEL E BARATA	
Fábio Rodrigues Ferreira Seiva Wesley Ladeira Caputo Laísa Ferreira da Silva Cristiano Massao Tashima	
DOI 10.22533/at.ed.62719100711	
CAPÍTULO 12	116
EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COMO PROCESSOS DE AUTONOMIA DO SUJEITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Jessica Aparecida Paulino Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.62719100712	
CAPÍTULO 13	134
ENSINO DA FUNÇÃO AFIM COM A UTILIZAÇÃO DO <i>SOFTWARE GEOGEBRA</i> PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
Vinícius Campos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100713	
CAPÍTULO 14	146
ESCOLA DIFERENTE? NÃO! ESCOLA INOVADORA: UM NOVO CAMINHO PARA EDUCAÇÃO	
Rosichler Maria Batista de Prado Campana Kely Guimarães Rosa Juliana Marcondes Bussolotti Mariana Aranha Souza Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.62719100714	

CAPÍTULO 15	157
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS EM UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	
Lilian Wrzesinski Simon	
Andressa Sasaki Vasques Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.62719100715	
CAPÍTULO 16	173
INTERDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT NO IFPI	
Angislene Ribeiro Silva Reis	
Joseane Duarte Santos	
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	
Vagner Pereira Professor	
DOI 10.22533/at.ed.62719100716	
CAPÍTULO 17	187
METODOLOGIAS ATIVAS NA VISÃO DO ALUNO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA	
Eduardo Manuel Bartalini Gallego	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Daniela Dias dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.62719100717	
CAPÍTULO 18	202
O ENSINO DA MATEMÁTICA E O USO DO COMPUTADOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA DOCENTE	
Tacildo de Souza Araújo	
Aretha Cristina de Almeida Ribeiro	
João Paulo Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.62719100718	
CAPÍTULO 19	211
O ESTUDO DE CASO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
Roberta Pasqualli	
DOI 10.22533/at.ed.62719100719	
CAPÍTULO 20	226
PROVA SANTOS: O PERCURSO ENTRE A SEDUC E AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II	
Vera Helena Mojola Pessoa de Mello e Lara	
Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.62719100720	
CAPÍTULO 21	235
SUSTENTABILIDADE <i>VERSUS</i> PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ERA DO JORNAL DIGITAL	
Glauce Angélica Mazlom	
Fabrícia Rilene de Sousa Silva	
Juciely Moreti dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.62719100721	

CAPÍTULO 22	241
TECNICISMO DOS ANOS DE 1970: UM PARALELO DOS SEUS DETERMINANTES POLÍTICOS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE	
Izanir Zandoná Andrea Vergara Borges Marisete Maihack Perondi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100722	
CAPÍTULO 23	247
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: MOVIMENTO DE UMA FORMA/AÇÃO DE PROFESSORES	
Anderson Luís Pereira Ingrid Cordeiro Firme Rosa Monteiro Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.62719100723	
CAPÍTULO 24	258
TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS EM PROEJA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA EM TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES	
Helaine Barroso dos Reis Rinaldo Luiz Cesar Mozzer	
DOI 10.22533/at.ed.62719100724	
CAPÍTULO 25	275
TICS NA EDUCAÇÃO: ATUALIDADES PEDAGÓGICAS NO RÁDIO	
Fernanda Pasian Geison Durães Luciano Gonsalves Costa Natália Fratta da Silva Jorge Augusto Pereira Patrícia Vieira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.62719100725	
CAPÍTULO 26	280
UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM O EMPREGO DE EXPERIMENTAÇÃO REMOTA EM SALA DA AULA	
Rubens Gedraite Leonardo dos Santos Gedraite Eduardo Kojy Takahashi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100726	
CAPÍTULO 27	288
A GOVERNAMENTALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ESTADO DA ARTE A PARTIR DE BASES DE DADOS DIGITAIS	
Gilmar Lopes Dias Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100727	

CAPÍTULO 28 300

A NARRATIVA COMO EIXO ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E COMUNICACIONAL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ELZA MARIA PELLEGRINI DE AGUIAR (CAMPINAS-SP/BRASIL)

[Marciel Aparecido Consani](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100728

CAPÍTULO 29 314

DE INVASÃO SILENCIOSA À ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FINANCEIRA PUBLICAMENTE
DECLARADA: A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS DE
GRADUAÇÃO

[Stella Cecilia Duarte Segenreich](#)

[Ana D'Arc Maia Pinto](#)

[Lilian Lyra Villela](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

A GOVERNAMENTALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ESTADO DA ARTE A PARTIR DE BASES DE DADOS DIGITAIS

Gilmar Lopes Dias

Universidade São Francisco, Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação
Itatiba, São Paulo

Carlos Roberto da Silveira

Universidade São Francisco, Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação
Itatiba, São Paulo

RESUMO: O presente trabalho buscou analisar as teses de doutorado, bem como, os artigos científicos, produzidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, cuja temática aludiu estudos sobre a Educação do Campo, com enfoque na abordagem teórico-metodológica da governamentalidade. O intuito foi a construção do estado da arte, acerca do modo como as pesquisas têm abordado a Educação do Campo a partir dessa ferramenta foucaultiana. Para tanto, buscou-se os trabalhos disponíveis na Base de Teses e Dissertações da CAPES e no portal denominado Domínio Público, assim como os artigos científicos disponibilizados na Biblioteca Eletrônica SciELO. Tendo em vista a ferramenta analítica da “governamentalidade” circunscrever o conceito de “biopoder”, a busca nestes três bancos de dados foi realizada por meio destes dois descritores. Foi encontrado um total de 526 trabalhos, relacionados à temática da Educação do Campo, constatou-se que

apenas dois trabalhos abordavam a Educação do Campo sob a ótica da governamentalidade ou do biopoder. A análise dos dois trabalhos possibilitou descobrir que: um deles investigava a produção de subjetividades rurais nas décadas de 1950 a 1969, sendo que o outro discutia a governamentalização da população do campo, operada por meio de uma política pública de âmbito federal. Foi possível verificar que, embora a Educação do Campo ocupe a agenda de muitos pesquisadores na atualidade, quando considerada sob a lente teórico-metodológica da governamentalidade, trata-se de um terreno de pesquisa fértil, ainda pouco explorado e no qual estão abertas amplas possibilidades de debate científico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Rural. Biopoder. Michel Foucault. População do Campo.

ABSTRACT: The present paper sought to analyze the doctoral theses as well as the scientific articles produced by the postgraduate programs in Brazil, whose theme alluded to studies on Field Education, focusing on the theoretical-methodological approach of governmentality. The intention was the construction of the state of the art, about the way the researches have approached the Field Education from this Foucaultian tool. In order to do so, we searched for the works available in

the Thesis and Dissertations Base of CAPES and in the portal called Public Domain, as well as the scientific articles made available in the SciELO Electronic Library. Considering the analytical tool of “governmentality” to circumscribe the concept of “biopower”, the search in these three databases was carried out by means of these two descriptors. It was found a total of 526 works, related to the Field Education theme, that only two studies dealt with Field Education from the point of view of governmentality or biopower. The analysis of the two works made it possible to discover that: one of them investigated the production of rural subjectivities in the 1950s to 1969, the other one discussed the governmentalization of the rural population, operated through a federal public policy. It was possible to verify that, although Field Education occupies the agenda of many researchers today, when considered under the theoretical-methodological lens of governmentality, it is a fertile field of research, still little explored and open wide possibilities of scientific debate.

KEYWORDS: Rural Education. Biopower. Michel Foucault. Population of the Field.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído a partir dos estudos realizados na disciplina “Educação: regimes de verdade e liberdade”, do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade São Francisco, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Roberto da Silveira e da Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia. Nesse sentido, empreendeu-se um esforço em elaborar o estado da arte versando sobre a governamentalidade da Educação do Campo no Brasil.

Pesquisas denominadas de “estado da arte”, também conhecidas como “estado do conhecimento”, são estudos de cunho bibliográfico que objetivam conhecer o que foi (ou, o que se tem ultimamente) produzido, por meio de estudos acadêmicos, sobre uma determinada temática de interesse para investigação. Trata-se de um “mapeamento” da literatura, um estudo sobre o objeto que se pretende aprofundar baseado em fontes documentais, como livros, revistas e bancos de dados eletrônicos, disponíveis para a consulta na rede mundial de computadores (CAMPANÁRIO; SANTOS, 2011; FERREIRA, 2002).

Os bancos de dados, disponíveis na internet, podem ser de dois tipos: de Domínio Público, isto é, que oferecem o livre acesso para qualquer pessoa que o conecte; ou aqueles que somente permitem o acesso mediante pagamento. Essas bases de dados, sobretudo as de Domínio Público, possibilitam o acesso a anais de congressos e seminários, a diversos periódicos científicos, às dissertações de mestrado e às teses de doutorado. Foi precisamente sobre essas bases, que se coletaram os dados bibliográficos utilizados no presente artigo, que versa sobre a temática da Educação do Campo, analisada por meio da ferramenta teórica foucaultiana conhecida por governamentalidade.

A Educação do Campo se constituiu numa proposta educacional recente,

gestada a partir das resistências ao modelo educacional capitalista, empreendidas pelos movimentos sociais na busca pelo reconhecimento e pelo atendimento das necessidades específicas do morador do campo, por parte do Estado. Essa proposta obteve maior expressão política e culminou com a criação de políticas públicas e a implantação, por parte do Governo Federal, de programas educacionais destinados especificamente à população do campo (DIAS; DIAS; CHAMON, 2016).

É justamente nesse ponto de convergência, quando o interesse dos movimentos sociais adentrou ao campo político e passou a ser objeto de controle governamental, foi que abriu as possibilidades de estudo da governamentalidade na Educação do Campo. Esse conceito se apresenta como uma importante ferramenta analítico-conceitual, pois uma vez que a proposta educacional passa para o controle Estatal, uma série de dispositivos de segurança e controle será ativada, visando normalização e a moldagem da conduta da população envolvida no processo educativo, com a finalidade de criar sujeitos governáveis (FOUCAULT, 2012).

O contexto sócio-político, no qual ocorreu o surgimento do objeto de interesse do presente estudo, é apresentado no item a seguir. No item seguinte, será aberta a “caixa da ferramentas foucaultinas” a fim de que seja utilizado o instrumento teórico-analítico da governamentalidade, elaborada com um breve aprofundamento sobre esse conceito. O texto segue com a descrição da metodologia utilizada, tanto para o levantamento, como para a análise da bibliografia encontrada sobre o tema de estudo. Na sequência é apresentada a análise dos dados e a discussão dos resultados encontrados, seguida por um fechamento do presente estudo com as suas considerações finais e a exposição das referências utilizadas.

2 | UMA BREVE NOÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo se configurou como uma proposta educacional concebida no final dos anos 90, como um plano de resistência ao modelo de educação rural então vigente. Tratou-se de uma tentativa de superação proposta educacional, oferecida pelas políticas públicas, cujo núcleo pragmático fundamentava-se na preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. A emergência da Educação do Campo se deu a partir de reivindicações de movimentos sociais, pelo reconhecimento e pelo atendimento, por parte do Estado, das necessidades específicas do morador do campo. Necessidades essas que vão muito além de uma mera capacitação do indivíduo para a sua futura candidatura a uma vaga de emprego.

As ideias que embasaram essa proposta se mantiveram sufocadas por muito tempo, alcançando uma maior expressividade política, a partir do processo de redemocratização brasileira, ocorrido no final dos anos de 1980. A abertura política permitiu o debate e a escuta de grupos marginalizados, o que culminou com a criação de políticas públicas de interesse dessas populações e a implantação, por parte

do Governo Federal, de programas educacionais destinados especificamente aos moradores do campo (DIAS; DIAS; CHAMON, 2016).

Foi somente com a promulgação da Constituição de 1988, que o Estado assumiu plenamente o dever de assegurar a educação básica gratuita e obrigatória para todos os cidadãos brasileiros, cuja idade estivesse compreendida entre os quatro e os 17 anos. Essa extensão do direito à educação foi ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que ofereceu as ferramentas jurídicas necessárias para uma reivindicação pelo acesso à escola, por parte daquelas parcelas da população, que antes da Carta Magna de 1988 e da LDB, estavam à margem das políticas educacionais brasileiras.

Foi a partir desse contexto sociopolítico, que os movimentos sociais brasileiros adquiriram força e retomaram o embate político, juntamente com o apoio de outras organizações da sociedade civil, como Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tais instituições se uniram à causa social, exigiram o cumprimento da lei e reivindicaram uma educação de base, diferenciada e que correspondesse aos anseios dos povos politicamente marginalizados. Uma educação que fosse pensada a partir das suas reais necessidades e que, sobretudo, atendesse a especificidade da população que habitava o campo, ou seja, para aqueles sujeitos residentes nos espaços legalmente demarcados como rurais. À frente dos movimentos sociais e com maior representatividade, estava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que lideravam essa disputa pelo reconhecimento político dos povos do campo e, especificamente, por espaço para discussão de assuntos educacionais.

O MST, como ficou conhecido esse movimento, já havia conquistado importantes vitórias políticas, desde a redemocratização do país em meados da década de 1980, como a redistribuição de terras consideradas ociosas, por meio da reforma agrária, na qual conseguiram assentar inúmeras famílias de trabalhadores rurais que haviam perdido o direito à posse da terra. Com o assentamento dessas famílias e a criação de comunidades camponesas, estas ainda necessitavam obter garantias do acesso à educação. Contudo, não era suficiente o simples acesso à educação formal, pois o modelo educacional vigente não atendia os anseios gerais do próprio movimento, tampouco as necessidades específicas das comunidades de assentados.

Eis, então, que o movimento se engajou numa nova frente de batalha política na busca da construção de um modelo educacional que atendesse às demandas camponesas, uma educação que fosse gestada no campo, pensada pelo próprio povo do campo e que se destinasse para o povo do campo. O cenário político brasileiro era propício e possibilitou que o MST adquirisse a força necessária para levar a sua proposta educacional, à pauta de discussão no âmbito do Governo Federal.

Tratava-se de uma proposta que não se pautava unicamente em vieses econômicos, mas que pretendia atender as necessidades e demandas daqueles que sobreviviam dos recursos extraídos da natureza. Uma proposta educacional contra-

hegemônica, que se dizia inovadora e transformadora, por meio da qual se pretendia oferecer aos habitantes do campo, muito mais do que a sua mera instrumentalização, para melhor explorar economicamente a natureza (CALDART, 2012).

Por meio dessa nova proposta educativa, o que se pretendia era, além da politização do camponês, desenvolver habilidades e saberes que propiciassem uma utilização consciente dos recursos naturais visando, em primeiro lugar, o próprio bem-estar desse homem que vive no campo e do campo. Sendo assim, seus idealizadores rejeitaram que sua proposta fosse simplesmente enquadrada entre os preceitos legais vigentes que regiam a educação rural (CALDART, 2012; GHEDIN, 2012).

A educação rural, até então oferecida aos moradores do campo, constituía-se numa política educacional que desconsiderava a história dos sujeitos, possibilitava apenas o desenvolvimento de práticas educativas adaptadas e homogeneizantes. Tais práticas se baseavam num modelo único e geral de educação, gestado inicialmente para atender os interesses e demandas capitalistas de uma população estritamente urbana. A partir desse modelo educacional urbanocêntrico, foram instituídas apenas pequenas adaptações, de modo que ao possibilitar a sua repetição no contexto rural, deixava de considerar a história de vida e a enorme diversidade de sujeitos e de culturas existentes no campo, como os povos quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Em vistas desse modelo educacional não atender à diversidade e às especificidades da população do campo, uma das primeiras ações desses movimentos sociais, foi propor uma alternativa terminológica para a expressão “rural”. Tratava-se de rejeitar a expressão “Educação Rural”, pois acreditavam que o vocábulo “rural” encobria um duplo e grotesco erro, tanto conceitual como ideológico. O erro conceitual que adveio do fato de que, teoricamente, o termo “rural” não designava um espaço territorial específico, determinado e objetivo. Ora, todos os objetos e seres se constituem de maneira relacional e intersubjetiva no interior do espaço geográfico, que no caso em questão se tratava conceitual e terminologicamente do “campo”. Em segundo lugar, o termo “rural” estaria atravessado por um viés político e ideológico, que serviria unicamente para dar suporte ao modelo de educação capitalista, vigente hegemonicamente no Brasil desde a sua fundação (SANTOS, 2014; VEIGA, 2003; ARROYO; CALDART; e MOLINA, 2011).

De acordo com os autores acima, nos moldes como a Educação Rural era oferecida, prestava-se unicamente como um instrumento de aprimoramento econômico, por meio do desenvolvimento de saberes técnicos, estimuladoras do desenvolvimento agroindustrial brasileiro. Tomando como suporte teórico o materialismo histórico de Karl Marx e apoiando-se didático-pedagogicamente nas ideias libertadoras de Paulo Freire, para a nova proposta educacional foi adotada a nomenclatura de “Educação do Campo”.

Entretanto, há que se ressaltar o fato de que, somente após a construção dessa nova terminologia, foi possível a construção teórica e conceitual da Educação do Campo, é que se materializaram as possibilidades de um embate político que culminou

com a efetivação dessa modalidade educativa, enquanto política pública. Dessa maneira, a partir da interpelação discursiva da Educação do Campo, por meio de conceitos estrategicamente elaborados pelos movimentos sociais e seus apoiadores, estabeleceu-se um novo regime de verdade, capaz de pôr taticamente em movimento saberes até então interditados, que possibilitaram a abertura de espaços de poder, no interior dos campos da política, da economia, da cultura e da educação.

Cabe aqui lembrar que, para Foucault (2010, p. 85), regime de verdade são os discursos que sujeita os indivíduos a certos atos de verdade “[...] o que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeitos específicos”. Caracteriza-se pelos discursos que as sociedades fazem funcionar como verdadeiros, ou ainda “[...] os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como uns e outros são sancionados” (REVEL, 2005, p. 86).

A partir desse ponto, no qual ocorre uma ruptura na ordem discursiva vigente, isto é, com o concomitante estabelecimento de um novo regime de verdade, é que a Educação do Campo pode ser considerada, nos termos foucaultianos, um “acontecimento”. Nos termos formulados por Foucault (2012), acontecimento se trata da irrupção de uma determinada singularidade, que se apresenta como única e aguda, no lugar e no momento histórico no qual ocorreu o seu surgimento.

Um acontecimento produzido a partir da construção discursiva de determinados enunciados que lhe dão a necessária sustentação, isso demonstra o pressuposto foucaultiano de que não existem verdades universais. Pois aquilo que entendemos por verdade e que a ciência tentou apreender por muito tempo, só pode ser concebido num contexto complexo e plural, a partir de verdades construídas, produzidas historicamente no interior do discurso. O discurso, por sua vez, não é algo único, verdadeiro e imutável, mas atravessado pelos diferentes campos de saber/poder, que permeiam o universo social.

Quando os interesses dos movimentos sociais adentraram o campo político e passaram a ser objeto de controle, abriram-se as possibilidades de estudo sobre o governo da população escolar do campo. Nesse contexto, a governamentalidade se apresenta como uma importante ferramenta analítico-conceitual, uma vez que a passagem da proposta educacional para o controle estatal legitima a ativação de uma série de dispositivos de segurança e de controle. O conceito de governamentalidade, enquanto prática que visa à normatização e à modelagem das condutas da população envolvida no processo educativo, com a finalidade de fabricar os sujeitos governáveis, necessários para esse mesmo processo (FOUCAULT, 2012), será tratada no item a seguir.

3 | O CONCEITO DE GOVERNAMENTALIDADE

Concebido por Michel Foucault, o conceito de governamentalidade foi aprofundado de maneira mais específica durante o curso ministrado pelo autor no *Collège de France*, no ano de 1978. Tal curso recebeu a denominação de *Sécurité, territoire, population*, sendo o mesmo gravado, transcrito e, posteriormente editado na forma de livro. A primeira edição brasileira deste livro, contendo as aulas sobre a temática em questão, foi organizada no ano de 2008, pela editora Martins Fontes e recebeu o seguinte título: “Segurança, território e população”.

Foi especificamente durante esse curso que Foucault empreendeu uma série de análises arqueológicas acerca do ofício de governar, com o intuito de verificar a ocorrência de uma espécie de transição dessa arte, quando da passagem da Idade Média para a Modernidade. De acordo com Foucault (2008), o problema do governo surgiu no século XVI, sendo que no período posterior, que se estendeu até o século XVIII, são escritos inúmeros textos e tratados versando sobre questões relacionadas ao governo dos homens.

Muitos desses escritos tomavam como base as ideias acerca das habilidades necessárias ao príncipe para conservar seu principado, ideias essas contidas no livro intitulado “O príncipe”, escrito por Nicolau Maquiavel e publicado postumamente em 1532. Em contrapartida, nesse mesmo período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, surgiram outros tratados, que continham concepções contrárias e, até mesmo, repulsivas às de Maquiavel. As noções denominadas anti-Maquiavel não tinham a preocupação ou pretensão de reforçar os laços do príncipe com o seu território, mas de fundamentar a arte de governar por meio de uma racionalidade, tal que se configurasse como um reforçador do próprio Estado (FOUCAULT, 2014).

Por meio dessa racionalidade, a arte de governar buscou conhecer o que especificamente podia e devia ser governado, ou seja, tratava-se de uma racionalidade do poder indiferente às leis divinas, naturais ou humanas. Essa nova racionalidade, denominada de “Razão de Estado”, deixava de ser entendida em sua negatividade, ou seja, não se tratava mais de algum tipo de poder exclusivamente repressor que servia unicamente para a manutenção e a proteção do território que fora herdado ou conquistado pelo príncipe (FOUCAULT, 2014).

A moderna Razão de Estado passou a ser vista em sua positividade, isto é, não por ser algo bom em si mesmo, mas porque era capaz de extrair as forças necessárias para aumentar, de maneira econômica e eficiente, os potenciais produtivos da população que habitava o território governado. Os problemas que surgiam em torno da cidade passaram a ser controlados por meio de outros mecanismos, ou como o próprio autor denominava: dispositivos de poder; cuja preocupação passou a ser a vida de seus habitantes. Sendo assim, esses dispositivos de poder, dessa nova arte de governar, denomina-se de “biopoder”,

[...] é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas

maneiras de fazer, comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos (FOUCAULT, 2008, p. 118).

No sistema disciplinar, os dispositivos de segurança eram utilizados como ferramentas analíticas para a decomposição dos indivíduos em seus gestos, atos e operações, assim como dos lugares e dos tempos, com o objetivo de se estabelecerem os limites e as diferenças entre o normal e o anormal. Neste caso, os dispositivos de segurança possibilitarão definir e estabelecer de antemão, inicialmente o que se considera como normal, ou seja, tudo aquilo que pode ser definido como norma, pode ser classificado como estando dentro da normalidade. Somente após ser definido o que se considera normal, é que se poderá estabelecer o que foge dessa normalidade, pois foge à norma e por este motivo, passará a ser considerado como anormal (FOUCAULT, 2008).

A moderna noção de Estado se utilizará da governamentalidade para estabelecer os dispositivos de segurança aperfeiçoados, os limites para o que é normal e o que é anormal, tendo como base uma ferramenta matemática: a estatística. Foi por meio desse recurso inovador que a moderna arte de governar, posterior ao século XVIII, estabeleceu os limites para a normalidade com cálculos precisos quanto à “curva de normalidade”, por meio da qual foi possível ao governante tomar as decisões. A partir de então, o que estava dentro desta curva de normalidade, era definido como o que era normal e aquilo que estava para além dos limites dessa mesma curva, era o anormal (FOUCAULT, 2012).

De acordo com Foucault (2014, p. 429), “[...] o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado”. Sendo assim, o autor formula a seguinte definição para governamentalidade:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permite exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2014, p. 429).

De acordo com Veiga-Neto e Saraiva (2011, p. 6), a escola se tornou na Modernidade “[...] a mais generalizada instituição de sequestro, sendo sua ação muito mais decisiva para a constituição das sociedades disciplinares do que outras instituições tais como a prisão, o exército, o hospital ou a fábrica”. É nesse sentido que esses autores afirmam que, a partir do entendimento da noção de governamentalidade, abrem-se as possibilidades de compreensão da razão pela qual a escola moderna se tornou o principal dispositivo disciplinar, docilizador e produtor de utilidade para os corpos, possibilitando a consolidação do capitalismo industrial.

Devido ao seu caráter contra hegemônico de busca por uma transformação, tanto no modo de objetivação do sujeito do campo, como na maneira como ele mesmo se subjetiva, a Educação do Campo se torna um intrigante objeto de pesquisa,

principalmente quando da sua passagem para o campo das políticas públicas nacionais que, intencionalmente ou não, adentra ao processo de governamentalização operado pelo Estado. É deste modo que se suscitam dúvidas, acerca da atenção que as pesquisas científicas brasileiras vêm dando à problemática da governamentalidade da Educação do Campo.

4 | METODOLOGIA

Para se verificar o interesse atual das pesquisas acadêmicas sobre a educação do campo, bem como identificar a quantidade de pesquisas que têm abordado esse objeto por meio do uso da chamada “ferramenta foucaultiana” da governamentalidade, realizou-se um estudo sobre o estado da arte sobre o tema. Para elaborar esse estado da arte, buscou-se identificar os trabalhos de Pós-graduação Stricto Sensu disponibilizados eletronicamente, para consulta pública, no Portal de Teses e Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os trabalhos de Domínio Público, disponíveis para consulta no sítio eletrônico da internet, que recebe este mesmo nome, bem como na Biblioteca Eletrônica de artigos acadêmicos, denominada Scientific Library on Line (SciELO), sem nos preocuparmos com uma delimitação prévia de datas das respectivas publicações.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando-se o descritor “governamentalidade” no portal de teses e dissertações da CAPES, foram encontrados o total de 232 relatórios de pesquisa, desenvolvidas pelos estudantes brasileiros de pós-graduação, correspondendo a 150 dissertações e 82 teses. Ao se verificar o objeto de estudo de cada uma destas pesquisas, por meio da leitura dos seus títulos, verificou-se que apenas uma destas pesquisas não se ocupava em analisar a Educação do Campo, mas a Educação Rural. Trata-se de uma tese de doutoramento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Noeli Valentina Weschenfelder, no ano de 2003, que possui o seguinte título: *Uma história de governo e de verdades – Educação Rural no RS 1950/1970* (WESCHENFELDER, 2003).

Da mesma maneira, realizou-se uma nova busca no portal de teses e dissertações da CAPES, porém, utilizando-se o descritor “biopoder”, que se constitui na principal ferramenta utilizada pela governamentalidade. Foram encontrados 140 registros para esse descritor, sendo que se tratavam de 102 dissertações e de 38 teses. Realizando-se a leitura de cada um dos títulos desses 140 trabalhos encontrados, verificou-se que nenhum deles tratava do objeto de interesse deste estudo.

Todo o procedimento anteriormente descrito foi realizado novamente com ambos os descritores, no portal denominado “Domínio Público”. Selecionou-se “texto” para o tipo de mídia a ser pesquisada e, na caixa denominada “título”, inseriu-se os descritores

de busca, um de cada vez. Para o descritor “governamentalidade” foram encontrados 9 trabalhos, sendo eles: 7 teses e 2 dissertações. Por meio do descritor “biopoder”, foram localizadas 6 dissertações. Entretanto, em nenhuma das 15 pesquisas encontradas no sítio eletrônico Domínio Público, dedicou seu estudo à Educação do Campo ou à Educação Rural.

O levantamento na Biblioteca Eletrônica SciELO, por sua vez, objetivou efetuar uma busca dos artigos acadêmicos que empreenderam o esforço de utilizar a ferramenta foucaultiana da governamentalidade para analisar ou a Educação do Campo, ou a Educação Rural. Desta maneira, efetuando-se uma busca integrada e regional, a partir do termo “governamentalidade”, foram encontrados 88 artigos científicos, elaborados em cinco países diferentes (Brasil: 59; Colômbia: 25; Chile: 2; Portugal: 2). Uma nova pesquisa foi realizada, porém como descritor “biopoder”, sendo encontrados 115 artigos científicos, produzidos em nove países distintos (Brasil: 79; Colômbia: 16; México: 7; Chile: 5; Argentina: 3; Venezuela: 2; Espanha: 1; Peru: 1; Portugal: 1).

Após a leitura atenta de cada um dos títulos dos 138 artigos, verificou-se que apenas um (1) deles utilizou a governamentalidade como ferramenta de análise da Educação do Campo. Trata-se do artigo publicado no ano de 2013, pela Revista Educação e Pesquisa, cujo título é: *Programa Escola Ativa: escolas multisseriadas do campo e educação matemática*, elaborado por Gesa Knijnik e Fernanda Wanderer (KNIJNIK; WANDERER, 2013).

6 | CONSIDERAÇÕES

Por meio da presente pesquisa, foi possível verificar que o interesse pelo estudo científico, utilizando as ferramentas analíticas desenvolvidas por Michel Foucault, sobretudo a governamentalidade e o biopoder, é expressivo. Contudo, apesar de se ter realizado uma busca nas principais bases de dados brasileira, destinadas à divulgação de pesquisas científicas, não se encontrou muitos trabalhos que privilegiem a análise da Educação do Campo sob a ótica da governamentalidade.

Há de se destacar que, apesar do esforço empreendido na presente pesquisa, ao se buscar delinear o estado da arte sobre a governamentalidade da Educação do Campo, é de nossa inteira ciência que uma identificação quantitativa, objetiva e concreta dos textos disponibilizados nas principais bases de dados eletrônicas, não esgota totalmente a revisão da produção bibliográfica sobre o tema. Contudo, embora se considere os limites do levantamento ora realizado, verificou-se a existência de certa carência em pesquisas, principalmente educacionais, que privilegiem o estudo das mais diversas análises, possibilitadas pela ferramenta foucaultiana da governamentalidade, sobre o objeto recente que se caracteriza pela Educação do Campo.

Por se tratar de uma proposta educacional diferenciada, que não foi imposta verticalmente pelo Estado, mas elaborada, discutida e teorizada no interior de

movimentos sociais, cresce a importância de estudos que tenham por objetivo verificar como e o que ocorre quando essa proposta entra na trama do saber-poder governamentalizado. Verifica-se, desse modo, que a Educação do Campo se configura como um objeto de investigações ainda em aberto, que necessita ser desvendado, sobretudo pelas pesquisas científicas que se utilizam de um referencial teórico/metodológico da arqueogenealogia.

A arqueogenealogia foucaultiana propõem uma ruptura com as verdades universais pretendidas pela ciência, ao problematizar as relações do discurso científico com as estruturas políticas e econômicas da sociedade. Esse filósofo do Século XX verificou que a produção do saber, não se encontra separado de um suporte histórico e institucional. Sendo assim, na sua perspectiva teórico-metodológica, o saber e o poder se articulam historicamente, para produzir os “regimes de verdade”, regimes esses que atravessam os indivíduos e se constituem a “realidade” na qual constroem suas subjetividades.

Esse é o motivo pelo que se propõe análises arqueogenealógicas da Educação do Campo, por se tratar de um objeto de embate político das minorias, que se construiu em meio a uma complexa rede de saber/poder. Nesse contexto, torna-se urgente escavar essa superfície, para descobrir os discursos e as práticas de saber/poder que acabam por governamentalizá-la e que, em última análise, produzem subjetividades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPANÁRIO, M. A.; SANTOS, T. C. S. Escopo de projeto para indexação de revistas científicas. **Revista Eccos**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 251-272, jan./jun. 2011.

DIAS, A. C.; DIAS, G. L.; CHAMON, E. M. Q. O. C. Representação social da educação do campo para professores em formação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 267-277, maio/agosto, 2016.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do governo dos Vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980. Tradução, transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino, Rio de Janeiro Achiamé, 2010.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A governamentalidade**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização,

introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GHEDIN, E. Educação do **Campo: epistemologia e prática**. São Paulo: Cortez, 2012.

KNIJNIK, G.; WANDERER, F. Programa Escola Ativa: escolas multisseriadas do campo e educação matemática. **Educação e Realidade**. São Paulo, v. 39. N. 1, p. 211-225, jan/mar, 2013.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani, São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA-NETO, A.; SARAIVA, K. Educar como arte de governar. **Currículo sem Fronteira**, v. 11, n. 1, p. 5-13, jan/jun, 2011.

WESCHENFELDER, N. V. Uma história de governmentação de verdades: educação rural no RS 1950/1970. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-462-7

